

Para Mailson, medidas fiscais garantem eficácia do orçamento

por Cecília Fazzini
de São Paulo

Após descartar que o equilíbrio das contas do governo venha a ser obtido com o controle de tarifas públicas ou congelamento artificial de preços, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega reconheceu, ontem, que "não há saída para o combate ao déficit sem que o governo também faça a sua parte". O ministro afirmou que o Orçamento Geral da União, apresentado ao Congresso Nacional, ontem, que prevê um déficit de até 2,3% do PIB para 1989, se tornará factível com os ajustes fiscais que deverão ser feitos nos meses que ainda restam deste ano.

Ao falar das medidas que complementarão o programa fiscal, Ferreira da Nóbrega destacou que o governo vai continuar trabalhando tanto do lado das despesas, cortando subsídios e eliminando incentivos, quanto da parte da receita. A idéia, pelo lado da arrecadação, segundo o ministro, é buscar na legislação tributária espaços para que as pessoas físicas possam pagar menos imposto, ou seja, desenvolver um trabalho no sentido de "coibir práticas lesivas aos interesses do País", como a sonegação,

que acabaria por permitir a liberação de algumas faixas de contribuintes de recolher imposto.

Antes de se dirigir a uma platéia de executivos financeiros, ontem pela manhã, num seminário sobre abertura de capital promovido pela Bolsa de Valores do Estado de São Paulo e mais oito entidades representativas do setor, Ferreira da Nóbrega observou que a despeito do incômodo de se conviver com uma inflação que rompeu a barreira dos 20%, o que se constata, com a divulgação do índice de agosto de 20,66%, é que "a anunciada alta incontrolável dos preços acabou não se confirmando". As coletas de preços que prosseguem tanto no IBGE quanto na FIPE (São Paulo) indicam, segundo o ministro, que não se deve esperar explosões inflacionárias nos próximos meses.

Ele contestou a idéia de que a mudança da Unidade de Referência de Preços (URP) para um patamar mais elevado, a vigorar nos próximos três meses, contribua para atear mais fogo na fogueira inflacionária.

INVESTIMENTOS

Ferreira da Nóbrega não concorda também com a afirmativa de que o empresariado privado nacional esteja reticente no que toca

à decisão de fazer novos investimentos. Citou a conversa que teve, na véspera, com um empresário paulista que teria confidenciado ao ministro a intenção do seu setor investir, nos próximos três a quatro anos, o equivalente a US\$ 7 bilhões. O ministro entende que a inquietação nacional está voltada para o contro-

le da inflação, já que o acordo da dívida externa recebeu uma costura e continuam as negociações no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Clube de Paris, além disso os trabalhos da Constituinte entram na sua fase conclusiva, o que contribui para restabelecer o clima de confiança no País.